



Processo de Parecer n.º 14/PP/2017-G

Relator: Dr. Pedro Costa Azevedo

I. Por comunicação escrita dirigida ao Conselho Geral da Ordem dos Advogados, a sociedade (...) solicitou parecer acerca da necessidade da publicitação do número do telemóvel do advogado no *website* da Ordem dos Advogados para os efeitos do disposto no art. 75.º, nº 1, do EOA, relativo a procedimentos inerentes à imposição de selos, arrolamentos e buscas a escritórios ou sociedade de advogados e interceptação e gravação de conversações ou comunicações, através de telefone ou endereço electrónico utilizados por advogados.

II. Atendendo a que o assunto em causa respeita ao exercício da profissão e aos interesses dos advogados, compete ao Conselho Geral sobre o mesmo deliberar, atento o disposto no art. 46.º, nº 1, al. d), do EOA.

III. Nos termos do disposto no art. 75.º, nº 1, do EOA, *“a imposição de selos, o arrolamento, as buscas e diligências equivalentes no escritório ou sociedade de advogados ou em qualquer outro local onde faça arquivo, assim como a interceptação e a gravação de conversações ou comunicações, através de telefone ou endereço electrónico, utilizados pelo advogado no exercício da profissão, constantes do registo da Ordem dos Advogados, só podem ser decretados e presididos pelo juiz competente”*. Com a norma em causa pretende-se conferir especial protecção a tudo o que esteja relacionado com a actividade do advogado, em virtude da preservação do segredo profissional.

Recorde-se que, nos termos do disposto no art. 92.º, 1, do EOA *“o advogado é obrigado a guardar segredo profissional no que respeita a todos os factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços”*. E, nos termos do disposto no art. 76.º do EOA:



“1 - Não pode ser apreendida a correspondência, seja qual for o suporte utilizado, que respeite ao exercício da profissão.

2 - A proibição estende-se à correspondência trocada entre o advogado e aquele que lhe tenha cometido ou pretendido cometer mandato e lhe haja solicitado parecer, embora ainda não dado ou já recusado.

3 - Compreendem-se na correspondência as instruções e informações escritas sobre o assunto da nomeação ou mandato ou do parecer solicitado.

4 - Exceptua-se o caso de a correspondência respeitar a facto criminoso relativamente ao qual o advogado tenha sido constituído arguido.”

O segredo profissional tem sido entendido, desde sempre, como uma das mais importantes prerrogativas e um dos mais importantes deveres do advogado, sendo considerado uma “*regra de ouro*” da Advocacia, “*condição sine qua non da sua plena dignidade*”¹, sem a qual a sua nobre e indispensável função estaria gravemente ferida e coarctada.

É um dever para com o cliente e para com a sociedade em geral, pelo que assume, além do interesse privado do cliente, um inegável interesse público que importa proteger e relevar. A confiança necessária ao exercício da advocacia pressupõe a existência dessa confidencialidade, confiança essa que “*está na base do segredo profissional como dever do Advogado para com o cliente, dever ligado à natureza da missão ou da profissão do Advogado*”, mas também fundamenta “*o dever estatutário da profissão de Advogado para com a sociedade inteira*”².

No dever de sigilo dos Advogados “*está em causa o direito fundamental e constitucional de acesso ao direito* (art. 20.º da CRP) *que implica, entre outras coisas, o correspondente patrocínio judiciário, com a particular relação de confiança entre o advogado e o seu cliente, a defesa de dignidade, direitos e interesses legítimos do próprio advogado ou do cliente ou seus representantes. Acresce ainda que a plenitude de um Estado de Direito Democrático* (art. 2.º da CRP), *não só exige um poder judicial*

¹ Parecer do Conselho Geral de 2 de Abril de 1981, in ROA, 41, pág. 900.

² GUEDES DA COSTA, Orlando, “Direito Profissional do Advogado”, pág. 308, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2006.



independente, como tem subjacente o exercício de uma advocacia livre e responsável, sendo ambas a cara e a coroa da mesma moeda, que é o exercício dos direitos de cidadania”³.

IV. A norma em análise foi inovatoriamente introduzida no EOA aprovado pela Lei 15/2005, ainda correspondendo integralmente ao nº 1 do art. 70.º daquele diploma que, por seu lado, já tinha sido inspirada na norma do art. 50.º, nº 1, do EOA aprovado pelo Decreto-Lei 84/84. No entanto, nesta norma não se encontrava ainda prevista a parte relativa à “*intercepção e a gravação de conversações ou comunicações, através de telefone ou endereço eletrónico*”, o que se compreende pelos avanços tecnológicos, entretanto, havidos.

Acontece que, nesta parte inovatória, e contrariamente ao que acontece com o escritório ou qualquer outro local onde o advogado faça arquivo, a norma faz referência a que o telefone ou endereço electrónico utilizado pelo advogado no exercício da profissão *constem do registo da Ordem dos Advogados*.

Como vimos, questiona a requerente se esse registo equivale obrigatoriamente à publicitação do número do telefone no *website* da OA.

Dispõe o art. 9.º, nº1, do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários que “*o requerimento de inscrição de Advogado é apresentado junto do Conselho Regional competente em razão do domicílio escolhido como centro da sua vida profissional, com a indicação deste, do nome completo e demais dados de identificação do requerente, cargos e atividades exercidos, telefone, número de fax, endereço de correio eletrónico*, (sublinhado nosso) *bem como a sua morada*”. Ou seja, quando o candidato comunica a pretensão de se inscrever na Ordem dos Advogados pode indicar o número de telefone (sendo que neste conceito englobar-se-á necessariamente todo o tipo de números, seja de telefone fixo seja de telemóvel), ficando, pelo menos, nesse requerimento o registo do número que passará, até instruções em contrário do candidato, numa primeira fase,

³ Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 12.10.2011, Proc. 3559/05.2TAVNG.P1



ou do já Advogado, numa segunda fase, a acompanhar o seu processo de inscrição na OA.

Por outro lado, a inclusão do número de telefone de determinado advogado no sítio da Internet da OA depende sempre do mesmo constar do processo de inscrição do advogado ou de algum requerimento posterior do advogado nesse sentido que irá instruir necessariamente o processo de inscrição.

Resulta do exposto que quem quiser saber qual o número de telemóvel que determinado advogado registou na Ordem dos Advogados, como por exemplo o Ministério Público, poderá fazê-lo questionando os serviços desta, desde que demonstrado um interesse atendível, obviamente, que poderão responder através da consulta do respectivo processo de inscrição ou de qualquer comunicação superveniente de alteração desse contacto.

Não se mostra de todo necessário ou imprescindível a inclusão ou a consulta desse número de contacto no *website* da OA. Aliás, essa inclusão nem sequer depende de qualquer actuação do advogado, estando meramente dependente da diligência dos serviços da Ordem, após consulta do processo de inscrição do Advogado. Determinado número de telefone pode constar do processo de inscrição do advogado, mas não estar publicitado no sítio da Internet da OA. O contrário, ou seja, a inclusão do número no sítio da Internet sem que aquele conste do processo de inscrição ou de qualquer comunicação posterior é que já não é possível.

Com efeito, enquanto o número que consta do requerimento de inscrição ou de comunicação posterior está unicamente dependente da vontade do Advogado, a inclusão desse número no *website* da OA está totalmente fora da esfera de actuação do Advogado, já que é um mero procedimento interno dos serviços da Ordem. Seria sempre demasiado gravoso fazer depender a protecção prevista no art. 75.º, nº 1, do EOA de um acto sobre o qual o Advogado não tem qualquer controlo directo, apenas podendo manifestar a sua vontade de inclusão ou não inclusão. Mais ainda quando, como vimos, o segredo profissional que a norma também visa proteger tem como beneficiários, não só o advogado, como o seu cliente e própria sociedade.



Deste modo, respondendo directamente à questão, não é necessária a publicitação do número de telefone do Advogado no sítio da Internet da OA para que esse número goze da protecção prevista no art. 75.º, nº 1, do EOA.

Em conclusão:

1) Dispõe o art. 75.º, nº 1, do EOA que *“a imposição de selos, o arrolamento, as buscas e diligências equivalentes no escritório ou sociedade de advogados ou em qualquer outro local onde faça arquivo, assim como a interceptação e a gravação de conversações ou comunicações, através de telefone ou endereço eletrónico, utilizados pelo advogado no exercício da profissão, constantes do registo da Ordem dos Advogados, só podem ser decretados e presididos pelo juiz competente”*.

2) Para que a interceptação ou gravação de conversações ou comunicações, através de telefone ou endereço eletrónico, utilizados pelo advogado no exercício da profissão, fiquem condicionadas, nos termos do disposto no art. 75.º, nº 1, do EOA, não é necessária a publicitação do número de telefone do Advogado no sítio da Internet da Ordem dos Advogados.

É este, s.m.o., o meu parecer,

Braga, 10 de Maio de 2017

O Relator,
Pedro Costa Azevedo

Aprovado em sessão plenária do Conselho Geral, de 26 de Maio de 2017.